

1 ATA DA (383ª) TRECENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA  
2 DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – CMAS, REALIZADA NO DIA  
3 DEZESSEIS DE MAIO DE 2024, NA SEDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DO  
4 DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA - SEMDESC. **HORÁRIO: 13h30.** QUÓRUM DE  
5 ABERTURA: Constatada a presença dos conselheiros (as): **Claudinéia Ferreira de Souza**  
6 (representante do governo - SEMDESC); **Lucidalva Barretos dos Santos** (representante da sociedade  
7 civil - NAS- suplente); **Denyse Alanna Mendes da Silva** (representante do governo - SEGOV);  
8 **Sebastiana de Souza Coimbra** (representante da sociedade civil - APAE); **Abadio Aparecido Bento**  
9 **de Oliveira** (representante da sociedade civil - Província - suplente); **Júnia Plínio de Jesus**  
10 (representante da sociedade civil - Província) e **Kássia Júnia Oliveira e Silva** (representante da  
11 sociedade civil - assistente social). A presidente interina, Lucidalva iniciou a reunião solicitando que  
12 os conselheiros se apresentassem, logo após passou a exposição do estudo das atribuições do CMAS.  
13 Concluída a apresentação dos slides, Lucidava fez a leitura da denúncia do Programa Bolsa Família,  
14 onde a usuária teve seu benefício cancelado. Procedeu a leitura do relatório de visita da Comissão  
15 Ampliada de Controle Social do Programa Bolsa Família, e do relatório de visita do Centro de  
16 Referência de Assistência Social – CRAS 1. De acordo com o relatório do CRAS acredita-se que  
17 posse ter tido um cruzamento de dados do Governo Federal com o Cadastro Único, uma vez que o  
18 relatório traz a informação de que a usuária é herdeira de um imóvel em Brasília. Ainda assim, os  
19 conselheiros não conseguiram identificar nos relatórios os motivos que culminaram no  
20 cancelamento do benefício da usuária. Dessa forma, será solicitada a presença da diretora do  
21 Cadastro Único na reunião ordinária do CMAS. Lucidalva ressaltou que a orientação nacional é  
22 de quê tenha 1(um) cadastrador em cada CRAS, para o serviço descentralizado, onde o usuário já  
23 seria atendido pela equipe técnica e na sua comunidade, sem precisar se deslocar. Além da  
24 prerrogativa da Política Nacional de Assistência Social o assunto já foi objeto de discussão e  
25 deliberação na 12ª Conferência Municipal de Assistência Social em 2023. Nada mais a relatar eu  
26 Lidiane Ferreira, lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos presentes.  
27 Encerramento: 14h:58min.